

P A C S

INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL

LIGAÇÕES PERIGOSAS
Despesas Militares - Produção de Armamentos
Dívida Externa

José Drumond Saraiva

1990

PACS-PRIES/CS
POLITICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL
Parte Brasileira do
PROGRAMA REGIONAL DE INVESTIGACIONES ECONOMICAS Y
SOCIALES DEL CONO SUR

LIGAÇÕES PERIGOSAS
Despesas Militares Produção
de Armamentos Dívida
Externa

por

José Drumond Saraiva (*)

(*) Engenheiro, membro do PACS (RJ), que é a parte brasileira do PRIES/CS; doutorando em Economia pela Universidade de Ciências Sociais de Grenoble-França.

INDICE

- 1.Três décadas de corrida armamentista
- 2.Países Pobres: A ilusão das armas
- 3.O binômio da morte: importação de armas e dívida externa
- 4.Economia Armamentista Americana e Dívida Externa
- 5.Brasil: As divisas da morte
 - 5.1. A relatividade dos resultados
 - 5.2. Desnacionalização das armas: O caso EMBRAER

CONCLUSÕES

"O homem é o único animal que cria utensílios e túmulos"

Roger Garaudy

1. TRÊS DÉCADAS DE CORRIDA ARMAMENTISTA

Em 1961, as despesas militares mundiais eram da ordem de 120 bilhões de dólares e em 1970 já ultrapassavam a casa dos US\$ 200 bilhões. Na época, todas as previsões elaboradas por distintas organizações internacionais que regularmente se dedicam a realizar levantamentos sobre a extensão dessas despesas públicas apontavam, mantida a tendência de se dedicar 6,5% da produção mundial a gastos militares, para um crescimento extraordinário desses gastos durante o período 1971-1980. A ONU, por exemplo, chegou a prever aumentos reais da ordem de 50 a 75% das despesas militares mundiais para a década de 70. Face a tais projeções e à constatação da existência de poucos estudos consistentes sobre as consequências desses gastos para a economia mundial, a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas adotou por unanimidade, em sua 25a. Sessão, a Resolução 2667 (07.12.70). De acordo com o item 3 da Resolução, um grupo de experts internacionais, nomeado pelo Secretário Geral da ONU, deveria elaborar um Relatório sobre as consequências econômicas e sociais da corrida armamentista e do crescimento desenfreado das despesas militares mundiais, o documento devendo ser preparado em tempo hábil para que pudesse ser apreciado quando da realização da 26a. Sessão da Organização, em 1971. O Relatório, redigido entre fevereiro e setembro de 1971, foi dividido em 5 partes principais: aspectos qualitativos da corrida armamentista, a corrida armamentista e os recursos por ela absorvidos, dinâmica da pesquisa e desenvolvimento

expõe toda a humanidade. Quanto mais for prolongada, maiores serão as dificuldades futuras de que vejamos resolvidos os problemas de crescimento econômico, justiça social e equilíbrio ecológico. O cessamento da corrida armamentista e uma redução substancial das despesas militares favoreceriam o desenvolvimento econômico e social de todos os países e aumentariam as possibilidades de fornecimento de ajuda suplementar aos países em desenvolvimento.

O Relatório foi apreciado e aprovado pela Assembleia Geral da ONU em sua 26a. Sessão. Mais ainda: foi considerado um documento-chave para futuras negociações sobre a questão do desarmamento nuclear e sobre a possibilidade de concretização de um desarmamento geral e completo, sob eficaz controle internacional. Ainda como resultado de sua apreciação, a Assembleia Geral da ONU adotou a Resolução 2831 (16.12.71) pela qual recomendou a todos os governos a difusão do conteúdo do documento de forma a familiarizar a opinião pública sobre as nefastas consequências da corrida armamentista e dos sucessivos aumentos dos gastos militares mundiais.

Em resumo: para a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, os anos 70 deveriam caracterizar-se por uma redução substancial dos gastos militares e pela intensificação dos esforços dos Estados visando deter a corrida armamentista. Declarando-se convencida de que a eliminação do enorme desperdício de riquezas e de talentos consagrados à corrida armamentista, exerceria uma influência positiva, principalmente nos países em desenvolvimento, onde as necessidades de pessoal qualificado e a penúria de recursos materiais e financeiros se fazem sentir mais fortemente, a Assembleia Geral da ONU

proclamou o período 1970-1980 como constitutivo do 1o. Decênio do Desarmamento.¹

Passado o período, já na primeira metade dos anos 80, os fatos mostravam que a corrida armamentista não só tinha prosseguido como também aumentado. Segundo a USACDA, a taxa de crescimento anual real das despesas militares foi de cerca de 5% para os países em desenvolvimento e de 2,4% para os países desenvolvidos, durante o decênio 1972-82; as vendas de armas atingiram 36,5 bilhões de dólares em 1982, 70% a mais que em 1972; as despesas militares mundiais foram estimadas em cerca de US\$ 970 bilhões para 1984, prevendo a USACDA que, para 1985, tais despesas atingiriam mais de um trilhão de dólares; em 1982, o Oriente Médio já concentrava 42% de todas as transações mundiais de armas e 51% do comércio de armamentos efetuado para o conjunto dos países em desenvolvimento. Tais cifras já seriam suficientes para evidenciar as dificuldades inerentes a quaisquer tentativas visando uma redução das despesas militares mundiais. Entretanto, os votos da ONU pela paz, pela melhor utilização dos recursos materiais e financeiros mundiais e por um desenvolvimento mais igualitário entre os povos, proclamando o 1o. Decênio do Desarmamento, começaram a parecer mais irrealizáveis ainda quando, já em 1982, 44 países caracterizavam-se como exportadores de armamentos, engrossando o bloco dos 32 países

1. Para uma leitura completa do Relatório citado no texto, das Resoluções mencionadas e dos gastos militares apresentados, ver Nations Unies. Les conséquences économiques et sociales de la course aux armements et des dépenses militaires Rapport du Secrétaire Général. A/8469/Rev.1. New York, 1972 e Nation Unies. Désarmement et Développement. Rapport du Groupe d'Experts chargé d'étudier les conséquences économiques et sociales du désarmement. ST/ECA/174. New York, 1972.

exportadores de armas identificados pela USACDA em 1972. Enquanto em 1972 apenas 10 países exportavam mais de 100 milhões de dólares em armamentos, em 1982 tal performance já havia sido atingida por 29 Nações.

Embora as previsões da USACDA quanto à evolução dos gastos militares mundiais não tenham sido verificadas de forma a atingir o montante de um trilhão de dólares em 1985, o fato não pode ser motivo de júbilo. Em 1984, ao invés dos US\$ 970 bilhões previstos, foram gastos cerca de 800 bilhões de dólares. Em 1985, as despesas militares mundiais atingiram US\$ 880 bilhões, montante que, segundo uma das últimas publicações da USACDA deveria alcançar cerca de 921 bilhões de dólares em 1986. Com o término do conflito Irã-Iraque e com os avanços, mesmo parciais, das negociações entre os EUA e a União Soviética visando a redução dos atuais arsenais nucleares existentes, quiçá possamos entrar na década de 90 com alguma redução dos gastos militares mundiais.

Fazer prognósticos a respeito não é simples. Uma diminuição dos gastos militares americanos (30,2% dos gastos militares mundiais em 1985) poderia ser compensada com um aumento das despesas de seus aliados da OTAN. O mesmo poderia ser válido para o caso da URSS e de seus satélites do Pacto de Varsóvia. Resta saber, e mais adiante falaremos um pouco sobre o assunto, até que ponto é possível esperar uma diminuição dos gastos militares das duas superpotências e até que ponto as economias de seus aliados poderiam suportar eventuais cargas suplementares que lhes fossem atribuídas. Alguns analistas, na esperança de uma redução dos gastos militares mundiais, apontam para o problema do endividamento externo dos países do Terceiro Mundo como outro fator que, aliado ao término de conflitos de vulto (Irã-Iraque, principalmente), favoreceria a realização de cortes significativos nos gastos militares mundiais.

Infelizmente, entretanto, a máxima "se queres a paz, prepara-te para a guerra" parece ainda continuar na moda, fazendo com que inúmeros países dediquem recursos substanciais para a esfera militar, muitas vezes em detrimento de outros setores que, de imediato, se contemplados apenas com partes desses recursos, poderiam minorar o sofrimento de milhões de seres humanos que carecem de mínimas condições de alimentação, saúde, habitação, saneamento básico, etc."

2. Diversas organizações internacionais publicam regularmente dados sobre as despesas militares mundiais desagregados por regiões e países. Entre as publicações mais importantes destacamos: The Military Balance (Instituto de Estudos Estratégicos de Londres); USACDA, World Military Expenditures and Arms Transfers (Agência Americana para o Desarmamento e o Controle de Armas); SIPRI, World Armaments and Disarmament - SIPRI YEARBOOK (Instituto Internacional de Pesquisas para a Paz, de Estocolmo, Suécia). Poucas são as vezes em que os dados acrescentados pelas três organizações para um mesmo país e para um mesmo ano são coincidentes. Sobre as razões dessa diversidade, ver SARAIVA, José Drumond, Despesas Militares, Produção de Armas, Economia - a Problemática das Informações, in Contexto Internacional 7, revista semestral do Instituto de Relações Internacionais, PUC/RJ, jan/jun 88, pp.111 a 132. Os dados da USACDA até aqui apresentados foram extraídos de suas publicações de 1984 e 1987.

"Engenhos e força numérica das armas compõem o que chamo de forças mortas"

- Cornelius Castoriadis

2. PAÍSES POBRES: A ILUSÃO DAS ARMAS

Os países que lideram a contabilidade dos gastos militares mundiais são também os maiores produtores e exportadores de armamentos pesados (aviões, helicópteros, navios de guerra, blindados e mísseis) e os detentores dos arsenais nucleares capazes de destruir nosso planeta. Segundo a USACDA, a União Soviética foi a campeã dos gastos militares mundiais em 1985 (US\$ 275 bilhões; 31,2% dos gastos totais), seguida de perto pelos Estados Unidos (US\$ 266 bilhões; 30,2%). Em seu conjunto, os países da OTAN foram responsáveis, no mesmo ano, por 41,4% dos gastos, contra 36,6% despendidos pelos integrantes do Pacto de Varsóvia (URSS e seus aliados). Ainda em termos de gastos militares, cabe ressaltar a posição da Inglaterra (US\$ 24,2 bilhões; 2,7%), da França (US\$ 20,8 bilhões; 2,4%) e da Alemanha Ocidental, que registrou as mesmas despesas francesas. Em 1985, os "sete grandes" da economia ocidental (EUA, Canadá, RFA, França, Itália, Japão e Inglaterra) contribuíram para cerca de 41,3% dos gastos militares mundiais, ou seja, dedicaram à esfera militar aproximadamente 363,2 bilhões de dólares.

A análise de qualquer anuário internacional especializado vai mostrar que o quadro se mantém praticamente inalterado no que diz respeito à liderança dos grandes na produção e exportação de armamentos convencionais pesados. Dos 10 principais exportadores mundiais listados pela USACDA, três foram responsáveis por 74,2% dos US\$ 43,39 bilhões de armamentos comercializados em 1985: URSS (US\$ 15,3 bilhões), EUA

(US\$ 12,3 bilhões) e França (US\$ 4,6 bilhões). Em termos globais, a liderança dos grandes só começa a desaparecer quando são analisados os dados sobre as importações de armamentos. Aí sim, os gigantes dão lugar aos anões, invertendo o fluxo característico dos gastos militares e das exportações de armas. Dizemos "em termos globais" porque, como já mencionamos anteriormente, o número de países produtores e exportadores de armas cresceu significativamente durante toda a década de 70 e a primeira metade dos anos 80, fazendo com que no rol dos exportadores da morte comessem a surgir países do Terceiro Mundo ocupando posições significativas, como veremos em seguida. Por regiões, o Oriente Médio continuou a liderar as importações de armamentos em 1985 (34,8%), seguido do conjunto dos países europeus (21,5%, incluindo as importações dos países da OTAN e do Pacto de Varsóvia), da África (12,1%), da Ásia Oriental (11,5%), do sul da Ásia e Oceania (10,1%), da América Latina (8%) e da América do Norte (1,6%). No conjunto, os países "em desenvolvimento" importaram cerca de 75,5% do total de armamentos comercializados em 1985. Apenas os dois países envolvidos em um dos mais sangrentos conflitos dos últimos tempos (Irã e Iraque) importaram US\$ 5,7 bilhões em armas em 1985 (cerca de 13,2% das importações mundiais totais).

Ao apresentar até agora alguns dados sobre a repartição das despesas militares mundiais e sobre o comércio internacional de armamentos, demos destaque à concentração das despesas e das exportações nos países "desenvolvidos", caracterizando os países "em desenvolvimento" como os importadores preferenciais de armamentos. Entretanto, duas questões complementares, de certa forma já mencionadas, merecem melhor caracterização. Por um lado, é importante registrar que enormes montantes de escassos recursos vêm sendo

despendidos por países do Terceiro Mundo para fins militares. Em 1985, o conjunto desses países dedicou 6% de seu Produto Nacional Bruto a gastos militares e 20,6% do total de seus gastos governamentais foram aplicados na rubrica "defesa". Nada menos que 173,3 bilhões de dólares foram gastos pelos países em desenvolvimento em 1985 na área militar ³. Na América Latina, por exemplo, as despesas militares corresponderam a 1,8% de seu PNB e a 7,5% do total de suas despesas governamentais. Na África, a 4,3% e a 14,1%, respectivamente. No Oriente Médio, tais percentuais chegaram a atingir 15,6% e 30,6%. Dados desagregados por país mostram verdadeiros absurdos. Na América Latina, somente o Peru dedicou cerca de US\$ 1,4 bilhões a despesas militares (6,9% de seu PNB, e 37,1% de todos seus gastos governamentais). Na África, a Etiópia, um dos países mais pobres do mundo, gastou cerca de 411 milhões de dólares em 1985 para fins militares (9,1% de seu PNB e 26,5%^{*} de suas despesas governamentais).

A análise dos quadros apresentados pela USACDA revela dados assustadores. Não esqueçamos de dizer ainda que são nos países do Terceiro Mundo que se desenvolvem os grandes conflitos armados atuais. Nos últimos 40 anos, tais países transformaram-se em verdadeiros "palcos da morte". Os conflitos, quase sempre alimentados pelas superpotências, fazem com que enormes somas de recursos sejam orientadas para a esfera militar, deteriorando ainda mais as graves condições sociais em que se encontram as maiorias de suas populações. É também nesses países que vem sendo testado todo um arsenal de armas

3. A menos de menção em contrário, todos os dados sobre gastos militares e comércio internacional de armamentos aqui apresentados foram extraídos da publicação USACDA. World Military Expenditures and Arms Transfers. Daniel Gallik, Editor, Washington, 1987.

convencionais, desenvolvidas em sua maior parte pelas grandes potências mundiais. Isto sem impedir que também sejam exportados para esses países (convencionalmente ou a título de "ajuda militar") os entulhos de armas convencionais sem nenhum valor estratégico para os grandes da economia mundial.

Uma vez melhor caracterizada a alocação de enormes somas de recursos por países do Terceiro Mundo na rubrica "defesa", cabe destacar uma segunda questão complementar à qual já nos referimos anteriormente: o ingresso de países não desenvolvidos no "seleto" clube dos produtores e exportadores mundiais de armamentos, processo iniciado na década de 70 e intensificado na primeira metade dos anos 80.

No início dos anos 80, as publicações internacionais relativas à produção e ao comércio de armas passaram a destacar o ingresso de Novos Países Produtores e Exportadores de Armamentos no seleto clube dos mercadores da morte. Entre esses Novos Produtores, o Brasil, Israel, a Coréia do Sul, a Coréia do Norte e a Turquia emergiam fortemente como exportadores de material bélico. O mesmo acontecia com a Índia, a China, a Argentina, a África do Sul e, até mesmo, o Chile. Países do Terceiro Mundo começavam a ocupar, ainda que em pequenas proporções, espaços no mundo dos negócios dos materiais de emprego militar. Segundo o SIPRI, durante o período 1979-83, o conjunto desses Novos Exportadores teria sido responsável por 2,4% do total do comércio de armas convencionais pesadas, contra 37,2% da URSS, 35,5% dos EUA e 9,0% da França, os três maiores exportadores de armamentos do

mundo. Os principais produtores de armas pesadas do Terceiro Mundo durante o período 1980-84 teriam sido Israel, com 24,5% da produção total dos países em desenvolvimento e a Índia, com 22,6%. Brasil e Taiwan dividiriam praticamente a 3a. posição, seguidos pela Argentina, África do Sul, Coreia do Sul e Coreia do Norte. No período 1981-85, os países produtores do Terceiro Mundo já teriam respondido por cerca de 3,7% do total das exportações mundiais de armas pesadas e por 5,5% dessas exportações para outros países irmãos pobres⁴.

O universo dos novos produtores e exportadores de armamentos não é uniforme. Dele constam países do mundo socialista, países capitalistas, nações submetidas durante longos períodos a regimes ditatoriais militares, países em regime de guerra permanente, nações que há muito não se envolvem em conflitos armados, satélites das superpotências, países não alinhados, enfim, um conjunto extremamente diversificado que dificulta análises globalizantes e genéricas como explicativas de seu ingresso no rol dos produtores e exportadores de armas. Além das diferenças apontadas poderíamos destacar outras. Alguns países dedicam parcelas significativas de seus Produtos Nacionais Brutos (PNB) a gastos militares. Ao contrário, outros gastam oficialmente pouco na rubrica "defesa". Alguns, apesar de exportadores, continuam a importar quantidades significativas de armamentos. Outros, exportam mais armas do que importam. Em alguns países, a produção, mesmo de armas pesadas (aviões, helicópteros, navios de guerra, veículos blindados e

4. SIPRI. BRZOSKA, M. and OHLSON, T. (Eds). Third world Arms Production. Taylor & Francis, London, 1983 e SIPRI. World Armaments and Disarmament Yearbook. Oxford University Press, New York, 1986.

mísseis), é realizada em grande parte pela utilização de projetos próprios e com significativa participação de empresas locais no fornecimento de partes, peças e componentes. Em outros, armas muitas vezes menos sofisticadas dependem de substanciais importações de componentes e tecnologia para serem produzidas. Em síntese, a diversidade é marca característica dos chamados Novos Produtores e Exportadores de Armamentos. Todos, entretanto, são países do Terceiro Mundo que convivem com sérios problemas de ordem social, problemas que afetam a maioria de suas populações e para os quais as Resoluções da ONU, do início da década de 70, já reclamavam atenção especial (saúde, habitação, educação, saneamento básico, proteção ao meio ambiente, etc.).

Segundo a USACDA, 13 "novos produtores" do mundo capitalista exportaram US\$ 1,13 bilhões em armas em 1985, ou seja, 2,6% do total das exportações mundiais de armamentos daquele ano (US\$ 43,39 bilhões). O Brasil teria sido o líder dos "13" com US\$ 330 milhões, seguido por Israel, com US\$ 250 milhões e pela Coreia do Sul e Turquia que, paritariamente, teriam exportado US\$ 100 milhões em armas em 1985 (os demais países listados pela USACDA foram: Líbia - US\$ 90 milhões; Egito - US\$ 70 milhões; Argentina - US\$ 60 milhões; África do Sul - US\$ 50 milhões; Paquistão - US\$ 30 milhões; Chile e Singapura - US\$ 20 milhões cada; Índia e Indonésia - US\$ 5 milhões cada).

Em geral, motivos de ordem econômica, de ordem militar e de ordem política se confundem nas justificativas dos governantes sobre a necessidade de desenvolvimento da fabricação local de armamentos. Em 1982, logo após a Guerra das Malvinas, o então Ministro brasileiro da Marinha, para justificar seus pedidos de investimentos da ordem de 15 bilhões de dólares, escalonados em 10 anos, afirmava: "devemos desenvolver

nossa capacidade de construir tudo que necessitamos, pois uma nação que não fabrica suas próprias armas jamais será independente em matéria de defesa. Além disso, os benefícios dessa solução para nosso desenvolvimento são incontestáveis, da mesma forma que os benefícios de ordem social que resultariam da dinamização de nossa indústria" (Revista Isto É, 02.06.82, p. 97). As forças militares vêem na produção de armamentos a possibilidade de uma redução da dependência em termos do suprimento dos equipamentos que lhes são necessários e o reconhecimento do interesse primordial dos esforços nacionais de defesa. A produção de armas é entendida como um imperativo de segurança nacional. Para as forças armadas, um conflito, interno ou externo, é sempre iminente.

Assim, se um país possui uma indústria de armamentos adaptada às suas necessidades de defesa, externa ou interna, o peso de cada uma delas dependendo das características de cada tipo de regime político vigente, e se reduziu sua dependência do exterior em matéria de armas, as forças militares consideram-se mais poderosas e seguras para poder responder rápida e convenientemente à irrupção de qualquer tipo de conflito. Os cenários dos conflitos possíveis condicionam as opções pelo desenvolvimento prioritário de determinados tipos de armas, mas tal desenvolvimento também é condicionado por uma série de outros fatores de ordem política, militar e econômica. No caso brasileiro, se no início da moderna fabricação de armamentos os argumentos de ordem militar e política pareceram condicionar mais intensamente os esforços para o desenvolvimento de uma produção local de armas, em função da intensa aproximação de interesses entre a burocracia militar e as elites industriais pós-golpe de 1964, a partir do final dos anos 70, passaram a prevalecer os argumentos de ordem econômica para justificar a intensificação do processo de produção local

de armamentos. Economia de divisas, redução de importações, efeitos globalmente positivos para o balanço de pagamentos, geração de milhares de empregos, criação de novas indústrias, dinamização do desenvolvimento de novas tecnologias, passaram a ser os principais argumentos invocados para caracterizar as benesses da fabricação local de armas.

Os argumentos de ordem econômica, principalmente os relacionados com a questão da economia de divisas e possíveis efeitos globalmente positivos para o balanço de pagamentos, certamente não são particulares do caso brasileiro. A partir do momento em que países do Terceiro Mundo começaram a produzir e exportar armas, tais justificativas ganharam corpo internacional, principalmente porque "divisas" são necessárias para o pagamento dos pesados juros e amortizações que esses países são obrigados a pagar em função das enormes dívidas externas que contraíram ao longo dos últimos 20 ou 30 anos. Produzir e exportar a morte (ou forças mortas, na linguagem de Castoriadis) passou a ser transmitido à opinião pública como uma "opção" de melhoria de vida no interior dos "novos exportadores". Triste ilusão, pois à luz dos dados atuais parece que o esquema teórico "programa armamentista -- redução do déficit comercial -- melhorias no balanço de pagamentos -- desendividamento externo" não vem se verificando em nenhum dos "Novos Produtores e Exportadores Mundiais de Armas". Em 1984, Christian Schmidt, presidente da Associação Francesa de Economistas de Defesa, apresentou quatro esquemas teóricos sobre os possíveis impactos de programas de fabricação de armas nas economias de países do Terceiro Mundo:

B₁: Programa de armamento -- déficit público -- endividamento interno -- endividamento externo;

S₂: Programa de armamento -- tensões inflacionárias -- desvalorização da moeda -- degradação do balanço de pagamentos;

S₃: Programa de armamento -- redução do déficit comercial -- melhorias no balanço de pagamentos - - desendividamento externo;

S₄: Programa de armamento -- aumento da ajuda externa -- transformação na estrutura de financiamento da dívida externa.

Estes encadeamentos, não mutuamente exclusivos, foram testados empiricamente para quatro países considerados "Novos Produtores e Exportadores de Armamentos": Israel, Brasil, Argentina e Coréia do Sul. A hipótese S₃ não se verificou em nenhum dos países estudados e, para os demais, as conclusões empíricas não foram consistentes. Para o trabalho de Schmidt foram utilizados dados do período 1971-80, no qual os programas de fabricação de armas começaram a ser intensificados nos países analisados⁵.

5. SCHMIDT, Christian. Dépenses Militaires, Industries d'Armement et Endettement du Tiers Monde in Défense Nationale, Paris, décembre 1984, pp.75/84.

"A dívida externa é uma nova e moderna forma de guerra"

- Gustavo Marín -

3. O BINÔMIO DA MORTE: IMPORTAÇÃO DE ARMAS E DÍVIDA EXTERNA

Após minucioso estudo sobre os impactos econômicos, sociais e políticos da dívida externa no Terceiro Mundo, o economista chileno Gustavo Marín concluiu ser a dívida uma ameaça para a paz, em função da deteriorização das condições de vida das imensas maiorias das populações dos países pobres e endividados que vem provocando. De fato. Se, como consequência do pesado fardo da dívida externa e da forma como a questão vem sendo tratada pelos credores internacionais, a situação a cada dia mais se agrava nos países devedores (substanciais quedas na produção, no nível de emprego, nos investimentos, nos salários e nos gastos sociais como um todo, tornando ainda mais agudos os problemas de alimentação, saúde habitação, saneamento básico, proteção ao meio ambiente, etc.), a dívida, sem metáforas, como faz questão de sublinhar Marín, pode ser comparada a uma guerra ⁶. O quadro torna-se ainda mais trágico quando verificamos que existe uma ligação, em certos casos bastante estreita, entre as máquinas convencionais de guerra (armas, instrumentos de destruição no sentido clássico da palavra) e a dívida externa dos países do Terceiro Mundo que mata e contribui para a destruição enquanto arma econômica e política. Na

6. MARIN, Gustavo. Impactos de la Deuda Externa en el Tercer Mundo. PRIES/CS, Santiago, 1989.

realidade, existem várias "ligações perigosas" entre dívida externa e máquinas convencionais de guerra que, gradativamente, serão abordadas ao longo deste trabalho.

Já destacamos que, segundo dados da USACDA, cerca de 173,3 bilhões de dólares foram gastos por países em desenvolvimento na área militar em 1985. Isto não quer dizer que foram gastos US\$ 173,3 bilhões por esses países na aquisição de armamentos, pois quando nos referimos a "gastos militares", "gastos na área ou esfera militar" ou "gastos na rubrica defesa", estamos tratando da questão das despesas militares em geral, que incluem, além da aquisição de armamentos, as despesas com pessoal militar, com as operações e a manutenção das forças militares, com a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) voltada para atividades militares, com a construção de instalações e outros gastos, mais ou menos significativos, dependendo da estrutura militar de cada país analisado (pensões, aposentadorias, assistência militar a países "amigos" e alojamento de famílias, quando trabalhamos com dados da USACDA). Os países em desenvolvimento, entretanto, importavam 32,8 bilhões de dólares em armamentos em 1985 (cerca de 19% de seus gastos militares).

Não é simples estabelecer correlações entre o aumento da dívida externa de países do Terceiro Mundo e a parcela desse aumento correspondente às suas importações de armamentos. Em primeiro lugar, pela inconsistência da maioria dos dados sobre as importações de armas que obriga os pesquisadores do assunto a, no mínimo, alertar os leitores sobre a relatividade dos resultados obtidos quando da realização de estudos sobre a questão. Da mesma forma, face às dificuldades existentes para obtenção de séries cronológicas detalhadas, ano a ano, sobre a evolução das dívidas desses países (dívidas de curto e longo prazo, dívidas públicas ou com garantia pública, dívidas privadas, desembolsos efetivos, amortização de

juros pagos, etc.). O ideal seria que pesquisas específicas sobre o assunto fossem realizadas em cada um dos países pobres endividados com base em critérios únicos para verificação das ligações "importações de armas-divida externa". Mesmo considerando tais dificuldades, de medições consistentes sobre a intensidade dessas ligações, podemos e devemos reconhecer que, em grande parte,

:

as dívidas externas contraídas por países pobres devem parcelas significativas de seus aumentos ao incremento das importações de armas por esses países e, por consequência, ao aumento de seus gastos militares.

Galbraith, em sua visita ao Brasil em 1986, alertando para a necessidade da ampliação dos estudos e debates sobre a extensão mundial do poder militar, dizia, ao destacar outras formas de opressão militar que não a tomada direta do poder, que "a opressão mais ampla, mais profunda, deriva dos enormes e horripilantes custos da organização militar nos países pobres. Em conjunto, os países pobres despendem em armas maior porcentagem do seu já diminuto produto interno bruto do que os ricos. No mundo de hoje, os países pobres importam armamentos em valores que beiram os 30 bilhões de dólares ao ano. Grande parte desse sofisticado equipamento tem propósitos que sequer se relacionam a qualquer possível uso em tempo de guerra. Ele se destina a alimentar a auto-estima da organização militar. Não há nenhum general em todo mundo que se sinta totalmente seguro em sua auto-estima sem possuir um caça supersônico de última geração, mesmo que estes sejam absolutamente irrelevantes para os objetivos

militares"⁷. Registrada a citação, que julgamos extremamente pertinente, voltemos à questão da intensidade das ligações entre importações de armas e dívida externa dos países pobres.

Em 1985, a dívida externa total dos 20 maiores devedores entre 53 países da América Latina, Ásia e África já atingia 622.356 bilhões de dólares (88,1% da dívida dos 53 países em seu conjunto, avaliada em US\$ 706.433 bilhões). Entre 1980 e 1985, a dívida desses países aumentou em 224,206 bilhões de dólares. Efetuados os cálculos sobre o total das importações de armas desses 20 maiores devedores para o período 1981-85, chegamos ao montante de US\$ 38.830 bilhões. Assim, sem fazer qualquer menção aos juros possivelmente devidos em função das importações de armas realizadas, que certamente contribuíram para o aumento da dívida externa registrado entre 1980 e 1985, verificamos que, para o conjunto desses 20 países, 17,3% do aumento da dívida externa podem ser atribuídos às importações de armas por eles efetuadas a partir de 1981. Na América Latina, os campeões da ligação perigosa "importações de armas-dívida externa" foram o Equador (28,7%), o Peru (28,6%) e a Venezuela (28,1%). Na África, a liderança lastimável e incontestável foi do Egito (82,2%). Na Ásia, o Paquistão (78%), a Índia (43,2%) e a Turquia (31,8%), ocuparam o pódio como os três primeiros colocados dessa lamentável competição. Os resultados globais podem ser melhor visualizados no Anexo I. Sobre o caso do desendividamento da Argélia, apesar das brutais importações de armas realizadas, um estudo específico mereceria ser realizado, o que foge ao escopo deste trabalho. Entretanto, não

7. GALBRAITH, John Kennet. Controle de Armamentos e Poder Militar. Estudos Avançados, vol. No. 2, USP, São Paulo, maio/agosto 1988, pp.5 a 12.

podemos deixar de mencionar que boa parte das armas importadas podem ter sido repassadas para a Tunísia, aliado fundamental da Argélia, em cujo território passa o gasoduto argelino-italiano. Da mesma forma, tentativas de aproximação com a Líbia já estavam em curso em 1985. Tudo isso sem falar na brutal política de austeridade em termos de gastos sociais adotada pelo país a partir da queda dos preços internacionais do petróleo (quase 100% das receitas de exportação do país provêm das exportações de petróleo e seus derivados).

O que também salta aos olhos quando da observação do Anexo I são as fracas ligações existentes entre importações de armamentos e aumento das dívidas externas do Brasil e do México, os dois maiores devedores do Terceiro Mundo. São, realmente, dois casos singulares. O México não é nem um importante produtor de armas, nem um importante importador. O Brasil, por seu turno, não é só um grande produtor como também um importante exportador de armamentos (16o. exportador mundial, segundo dados da USACDA para 1985). Os dois casos mereceriam estudos específicos. Mais adiante, abordaremos com maior rigor o caso brasileiro. Entretanto, não pensem os leitores que esses dois países estejam imunes a outros tipos de ligações perigosas entre despesas militares, produção de armamentos e dívida externa, ligações que também detalharemos ao longo deste trabalho.

Conscientes de que a forma utilizada para elaboração do Anexo I, apesar de suficiente, não é a mais conveniente para destacar a intensidade das relações entre aumento das importações de armas e aumento da dívida externa de países do Terceiro Mundo, apresentamos a seguir uma metodologia para a realização de cálculos mais precisos que pode vir a estimular os debates e a realização de estudos de caso para cada um dos países pobres endividados. A metodologia foi aplicada para o

caso particular da Argentina, o único país do Cone Sul envolvido em um conflito de grandes dimensões nos últimos anos (Guerra das Malvinas). O esquema de cálculo é simples e os resultados obtidos podem ser observados no quadro a seguir.

ARGENTINA: IMPORTACAO DE ARMAS (US\$ MILHOES) E DIVIDA EXTERNA

ANOS:	Div.Ext./ Ttl	Div.Priv/	Div.Públ/ /Div.Públ/	Aumento/	Imp.Armas/%6/5	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
1975:	7,87	3,85	4,02		30,00	
1976:	8,28	3,09	5,19	1,17	50,00	4,30
1977:	9,67	3,63	6,04	,85	40,00	4,70
1978:	12,50	4,14	8,36	2,32	370,00	15,90
1979:	19,03	9,07	9,96	1,60	500,00	31,30
1980:	27,16	12,70	14,46	4,50	210,00	4,70
1981:	35,67	15,65	20,02	5,56	500,00	9,00
1982:	43,63	15,02	28,61	8,59	290,00	3,40
1983:	44,38	14,27	30,11	1,50	975,00	65,00
1984:	45,84				450,00	
1985:	48,47				180,00	

Fontes. PRIES-Argentina
 . Banco Mundial
 . USACDA

Em primeiro lugar, é essencial dispor dos dados anuais sobre importações de armamentos, a dívida externa total do país analisado e a dívida decomposta (pública e privada). O segundo passo é efetuar o cálculo dos aumentos anuais da dívida externa pública (coluna 5). A correlação obtida (coluna 7) corresponde ao percentual de aumento da dívida pública que seria devido às importações de armamentos (divisão dos valores das colunas 6 e 5). Para o caso argentino, tal percentual teria atingido seus valores máximos em 1979 (31,3%) e 1983 (65,0%), o montante absurdo de 1983 devido às maciças importações de armas realizadas pelo país para repor o perdido durante o conflito das Malvinas. É claro que não se pode associar o aumento da dívida pública simplesmente ao incremento das

importações de armamentos. Este tipo de associação depende de estudos mais acurados para cada país em particular. Primeiramente, porque o aumento da dívida pública também pode ser associado à tomada de empréstimos externos para financiamento de inúmeros projetos megalômanos que caracterizaram a atuação dos governos de muitos países pobres, principalmente durante a década de 70. Em segundo lugar, e aí deve residir o maior cuidado, pelo fato dos anos 80 marcarem a estatização da dívida na maioria dos países do Terceiro Mundo, isto é, os Estados assumindo ou garantindo integralmente dívidas contraídas anteriormente pelo setor privado. Tomados os cuidados necessários entretanto, o método serve para uma aproximação bastante significativa sobre o impacto das importações de armas nas dívidas externas dos países pobres. Ao contrário do espanto que podem causar os resultados obtidos, devemos ficar mais preocupados ainda, pois, mesmo utilizando-nos da metodologia proposta, estaremos subestimando as verdadeiras correlações entre dívida externa e importação de armas. Isto porque em nenhum momento sequer falamos nos juros que os países importadores são obrigados a pagar em função dessas importações. Segundo estimativas realizadas por Brzoska em 1983, em determinados anos o serviço da dívida, devido à importação de armamentos, chega a ser superior ao custo de novas armas importadas ⁸.

8. Entre as poucas publicações internacionais que abordam o assunto destacamos: BRZOSKA, M. The Military related external debt of Third World Countries. Journal of Peace Research, Vol. XX, No. 3, 1983, pp.271/277 e DEGER, Saadet. Military Expenditure in Third World Countries - The Economic Effects. ILE/RKP, London, 1986.

Resumindo: o aumento da dívida externa de países do Terceiro Mundo tem muito a ver com a importação indiscriminada de armas por esses países durante os últimos 15 a 20 anos. Lamentavelmente, entretanto, outros fatores também relacionados com a corrida armamentista contribuem ainda mais para agravar a situação de endividamento desses países. Mais ainda: desse círculo não escaparam: e não vão escapar os chamados "Novos Produtores e Exportadores Mundiais de Armamentos".

"A fome continental miséria que o
norte traz a fome com a morte vem
a fome não vem da paz"

"Planeta Blue"

Milton Nascimento/ Fernando
Brant.

:

4. ECONOMIA ARMAMENTISTA AMERICANA E DÍVIDA EXTERNA

Segundo o Banco Mundial, enquanto a dívida externa dos 8 maiores devedores latino-americanos era da ordem de 343,6 bilhões de dólares em 1985 (Anexo I), em 1987 já tinha alcançado a cifra dos US\$ 363,8 bilhões. No triênio 87-89 esses países, mantidas as atuais regras do jogo, deverão efetuar pagamentos ao exterior de 176,4 bilhões de dólares, a maior parte dos quais apenas a título de juros. As constatações da observação das estatísticas internacionais sobre a dívida externa dos países do Terceiro Mundo são estarrecedoras e mostram que quanto mais se paga mais se deve. Guardadas as proporções, a impressão, ao observar os dados estatísticos sobre a dívida dos países pobres, é a mesma que têm os mutuários do Sistema Financeiro da Habitação no Brasil. As prestações e os juros sobem e a dívida com os agentes financeiros não pára de crescer. Mais ainda: a cada dia os mutuários são obrigados a maiores "ginásticas" para poder efetuar os pagamentos de suas prestações, inclusive recorrendo a novos empréstimos para realizá-los, endividando-se ainda mais.

Assim como os mutuários, os países do Terceiro Mundo vêm há tempo efetuando verdadeiras ginásticas para saldar

seus compromissos externos (aumentar a todo e qualquer custo suas exportações, reduzir suas importações, recorrer a novos empréstimos, etc.). Aliás, é bom que se diga, a própria situação da dívida externa afeta a vida dos mutuários, pois, como já assinalamos anteriormente, a degradação das condições de vida das imensas maiorias das populações dos países pobres muito tem a ver com a ginástica que os governos desses países, aliados aos interesses internacionais e não aos das maiorias de suas populações, vêm fazendo (ou melhor, obrigando suas populações a fazer) para saldar seus compromissos com os credores externos. Se, para o leitor, a correlação entre a degradação das condições de vida das populações dos países do Terceiro Mundo e a questão da dívida externa já ficou clara, resta esclarecer um pouco mais sobre um lado não tão transparente do endividamento: a relação entre seu aumento e a corrida armamentista. É certo que em partes anteriores deste trabalho já foram postas em evidência algumas relações, que batizamos como "ligações perigosas". Infelizmente, entretanto, existem outras.

Desde o final dos anos 70 e, em especial, durante toda a década de 80, os números sobre o déficit fiscal americano (diferença entre o que o governo arrecada e o que gasta) são assustadores. Em 1979, o déficit dos EUA era da ordem de US\$ 38,2 bilhões. Em 1980, já tinha mais que dobrado (cerca de 72,7 bilhões de dólares) e, em 1986, já atingia US\$ 237,8 bilhões. Embora, ao final da administração Ronald Reagan, o déficit fiscal já fosse um pouco menor (US\$ 183,5 bilhões em 1988), o montante estimado para 1989 continua sendo astronômico (174,7 bilhões de dólares). Estes resultados estão diretamente relacionados com uma articulada política econômica conduzida pela batuta do "ex-cow-boy" ao longo de dois mandatos sucessivos. Aumento dos gastos governamentais, diminuição da cobrança de impostos, aumento das taxas de

juros, supervalorização da moeda e aumento do déficit comercial (importações sempre maiores que exportações) vêm caminhando juntos nos EUA há, pelo menos, mais de 10 anos, com sérias consequências nos planos interno e externo.

Sem complicar o assunto, tentemos entender as articulações da política econômica da era Reagan. O aumento dos gastos governamentais se deu fundamentalmente em função dos aumentos das despesas militares americanas. Em 1979, os gastos do Departamento de Defesa atingiam 113,7 bilhões de dólares (cerca de 22,6% dos gastos totais do governo). Em 1986, os gastos da rubrica "defesa" já atingiam US\$ 265,5 bilhões, ou seja, 26,8% do total das despesas do governo (US\$ 990,3 bilhões). Segundo estimativas internacionais, para 1989, a relação deve continuar na casa dos 26%. É esperar para ver⁹.

Aumentando os gastos armamentistas, o governo americano satisfaz plenamente às exigências do poder oligopólico dos grandes fabricantes de armamentos, poder característico de sua economia. A redução dos impostos visa a manutenção da garantia, ao menos parcial, do padrão aquisitivo da população sem que se tenha que recorrer a significativos aumentos reais de salários. Esta redução se associa com a questão da sobrevalorização do dólar. Com o dólar superavaliado, os EUA podem importar produtos à vontade e colocá-los no mercado interno a preços acessíveis à sua população, o que ajuda a mascarar em parte o perigo inflacionário do conjunto das medidas aplicadas. Acontece que mais importações que exportações abre outro rombo, que se soma ao déficit fiscal: o rombo no balanço de pagamentos, via déficit

9. IISS (Instituto de Estudos Estratégicos de Londres). The Military Balance 1988-1989, London, Autumn, 1988, p. 17.

comercial. Para cobrir os "dois buracos" (fiscal e comercial) tem que vir dinheiro de algum lugar. O fato peculiar de sua moeda ser o padrão de troca comercial no plano internacional facilita as coisas para os EUA. O excesso de dólares acumulados mundialmente, principalmente em países desenvolvidos, que são grandes parceiros superavitários dos EUA (Japão e Alemanha, por exemplo, que exportam mais para os Estados Unidos do que importam) é atraído para o mercado financeiro americano em função do outro elemento da política econômica da era Reaganiana: elevadas taxas de juros. Por um lado, os Bancos Centrais desses países são atraídos para o jogo especulativo das altas taxas de juros pagas pelos EUA para os que comprem papéis do governo (Bônus do Tesouro Americano, que financiam o déficit fiscal americano). Por outro, também os investidores privados voltam-se para o mercado americano atraídos pelo binômio juros altos-dólar forte.

A política econômica dos anos 80 fez com que rapidamente o país se transformasse no maior devedor mundial. A progressão da dívida dos EUA é assustadora: em 1980, a dívida era da ordem de US\$ 130 bilhões; em 1987, já havia quase que triplicado (US\$ 378,3 bilhões); em 30.06.88, a dívida externa americana já havia atingido a cifra dos US\$ 532,5 bilhões!

Os resultados da política econômica que vem vigorando há mais de 10 anos nos EUA atingem de forma diferente os países ricos e pobres. Os países ricos, apesar de temerem pela instabilidade da economia mundial provocada pelos dois buracos americanos (altas taxas de juros desencorajam investimentos produtivos e, a termo, colaboram para a recessão), não deixam de lucrar com o endividamento dos Estados Unidos, que favorece suas exportações e aquece suas economias. Os países do Terceiro Mundo, por seu turno, procuram a todo custo

incrementar suas exportações, principalmente para o amplo mercado americano e, assim, conseguir as "indispensáveis divisas" para o pagamento de suas dívidas externas. Entretanto, com a elevação das taxas de juros provocadas pelo déficit americano, vêem seus compromissos internacionais ficarem a cada dia que passa mais pesados.

A corrida à ciranda financeira provocada pelos EUA e alimentada pelos países ricos, contribui sobremaneira para o aumento do endividamento dos países do Terceiro Mundo. Em dezembro de 1985, por exemplo, 71,5% da dívida externa pública brasileira, a longo prazo, correspondia à dívida a "taxas flutuantes", ou seja, dívida a ser paga de acordo com as "flutuações" das taxas de juros internacionais comandadas pelas taxas praticadas nos EUA. Assim, qualquer variação para mais das taxas de juros provoca, de imediato, substanciais aumentos nos serviços das dívidas externas dos países pobres (pagamentos dos juros sobre os montantes emprestados). Esta é mais uma ligação perigosa entre dívida externa e corrida às armas e dela nenhum país do Terceiro Mundo escapa, nem mesmo os chamados "Novos Países Produtores e Exportadores de Armamentos".

Infelizmente, os gastos militares americanos, o déficit fiscal, as taxas de juros internacionais e a dívida externa dos países pobres caminham de mãos dadas.

"É falsa a idéia de que estamos gastando recursos vultosos em armamentos. Pelo contrário, estamos ganhando dinheiro com eles".

João Figueiredo - Ex-presidente
da República, 13/12/84

5. BRASIL: AS DIVISAS DA MORTE

Ao fazer tal afirmação em um de seus últimos pronunciamentos à Nação sobre o papel das forças armadas e as realizações do governo no setor militar, o ex-presidente Figueiredo, com base nas estatísticas internacionais, não estava equivocado. Afinal, ao longo de mais de uma década o país vinha dedicando oficialmente apenas cerca de 1% do seu PNB a despesas militares e, entre 1977 e 1985, seus gastos oficiais de defesa jamais teriam ultrapassado a cifra de 4% dos gastos totais do governo. Enquanto isto acontecia, as importações brasileiras de armamentos diminuía, ao contrário do que se passava com as exportações nacionais de material bélico. Se, entre 1977 e 1979, as importações declaradas de armas ainda eram superiores às exportações, o quadro se invertia e acentuava diferenças ao longo da primeira metade dos anos 80, os dados da USACDA, por exemplo, chegando a registrar US\$ 625 milhões de exportações de armas pelo Brasil em 1984, contra 150 milhões de dólares de importações (Anexo II). O Brasil emergia, no início dos anos 80, como o "pole position" entre os chamados Novos Produtores e Exportadores de Armamentos, fato, como já vimos, não só destacado pela USACDA mas também pelo SIPRI e, em linhas gerais, por todas as organizações

internacionais que se ocupam em estudar a extensão da corrida às armas a nível mundial.

No plano interno, os feitos brasileiros no comércio internacional da morte eram enaltecidos quase que diariamente: "somos o maior exportador de armas do Terceiro Mundo", "exportações de armas chegarão a 2 ou 3 bilhões de dólares", "milhões de dólares de divisas serão gerados pelas exportações brasileiras de armamentos", passaram a ser manchetes correntes em jornais, revistas e até mesmo em estudos realizados no país sobre o assunto. Economicamente, a produção brasileira de armas era, quase que por unanimidade, considerada um "sucesso", gerando milhares de empregos e milhões de dólares de divisas, estas cada vez mais necessárias para que o país pudesse fazer frente aos seus compromissos externos. Em 1984 a euforia já era tanta que, antes de assumir o governo, Tancredo Neves teria se reunido com os empresários da indústria brasileira de armamentos e afirmado não ser "suicida", conhecendo "bastante bem o campo de atividade para saber que ele está sendo muito adequadamente conduzido", não se justificando a adoção de medidas visando alterações e estabelecimento de parâmetros políticos em relação às atividades do setor, principalmente no tocante às exportações ¹⁰.

Três empresas lideraram, nos anos 80, as exportações brasileiras de armas: a ENGESA, produtora de veículos blindados; a EMBRAER, produtora de aviões e a AVIBRAS, fabricante de bombas, foguetes e sistemas integrados de lançamento de foguetes e direção de tiro. Das três, duas são empresas nacionais privadas (ENGESA e AVIBRAS), a EMBRAER sendo uma empresa estatal de capital misto, controlada majoritariamente pela União, via Ministério da

10. GODOY, Roberto. Indústria de Armamento está tranquila. O Estado de São Paulo, 02.12.84.

Aeronáutica. As três têm suas unidades industriais localizadas em São José dos Campos-SP, no Vale do Paraíba. Este Vale que, em função da concentração de indústrias de armas e institutos de pesquisa a elas associados, já foi batizado como "Vale da Tecnologia", "Espaço Geopolítico da Modernidade" e, mais recentemente, como "Vale da Morte".

Efetivamente, em termos de comércio exterior, o desempenho dessas três empresas foi fantástico nos anos 80. Em conjunto, apenas durante o período 1983-87, a EMBRAER, a AVIBRAS e a ENGESA exportaram US\$ 2.123.200.062,00 e importaram US\$ 947.013.327,00, acumulando portanto um saldo comercial positivo de US\$ 1.176.186.735,00. O detalhamento do desempenho do comércio exterior dessas empresas é apresentado nos Anexos III, IV e V. É importante observar que se, por um lado, praticamente 100% das exportações da ENGESA e da AVIBRAS corresponderam a exportações de armas, o mesmo não pode ser dito com relação às exportações da EMBRAER, que fabrica aviões para os mercados civil e militar, a importância de cada um desses mercados podendo variar consideravelmente a cada ano. Entretanto, a maioria das aeronaves exportadas pela EMBRAER desde sua fundação até 31.12.88, segundo estudo que realizamos recentemente, foram destinadas ao mercado militar ¹¹. Outro fato que merece ser ressaltado é a divergência que pode ser observada entre os números apresentados pela USACDA (Anexo II) e os obtidos oficialmente junto à CACEX, no que diz respeito às exportações de armamentos (Anexos

11. De 639 aeronaves da linha pesada da EMBRAER (BANDEIRANTE, BRASILIA, XINGU, TUCANO E XAVANTE) exportadas no período 1970/88, 362 foram destinadas ao mercado militar (56.6%). SARAIVA, José Drumond. O Desenvolvimento Industrial Bélico. Rio de Janeiro, julho de 1989, mimeo, 469 pp, não publicado.

III, IV e V). Em 1983, por exemplo, apenas as exportações da ENGESA (US\$ 157,23 milhões) ultrapassaram o valor estimado pela USACDA para as exportações totais brasileiras de armas (US\$ 130 milhões). Esta constatação nos obriga a chamar a atenção do leitor para a cautela com que devem ser tomados os dados sobre assuntos que envolvam a área militar.

Os dados apresentados sobre o caso brasileiro, até o momento, parecem confirmar inteiramente a declaração do ex-presidente Figueiredo de que o país gasta pouco com armas e de que estamos ganhando dinheiro com elas. Porque então abordar o assunto desta maneira em um trabalho que pretende detectar as ligações perigosas entre despesas militares, produção de armamentos e dívida externa? Como perceber, para o caso brasileiro, tais ligações?

5.1. A RELATIVIDADE DOS RESULTADOS

A tarefa não é simples, por inúmeras razões, que vão desde a escolha de uma metodologia adequada para estimativas dos gastos militares brasileiros a estudos específicos sobre a estrutura produtiva das empresas envolvidas na fabricação de armamentos (incluindo fábricas e arsenais pertencentes às forças armadas), passando pela análise de todos os incentivos governamentais para manutenção de um parque industrial voltado para a produção e exportação de material bélico. Quando se estuda com mais rigor o assunto, as revelações são assustadoras, indicando que os gastos governamentais

para manutenção de toda essa estrutura são muito maiores que os oficialmente contabilizados por fontes nacionais e internacionais que geralmente se limitam a somar os orçamentos anuais de três dos Ministérios Militares (Exército, Marinha e Aeronáutica) e apresentar o resultado como constitutivo das despesas militares nacionais. Apenas para citar um exemplo, os benefícios de ordem creditícia e fiscal concedidos às empresas produtoras de armamentos jamais são contabilizados como despesas militares (isenção de impostos, manutenção de créditos fiscais, linhas especiais de financiamento à exportação, etc.). Entretanto, mesmo deixando estas questões de lado, temos condições, pela simples apresentação dos dados relativos ao comércio exterior dos três maiores exportadores brasileiros de armamentos, de detectar algumas ligações perigosas relacionadas com a questão do binômio "corrida às armas-dívida externa".

No que diz respeito aos casos da EMBRAER, ENGESA e AVIBRAS, a primeira observação que se faz necessária é a de que a simples constatação de seus superávits comerciais (exportações menos importações) não significa que os mesmos constituam o total da geração de divisas devido à atuação dessas empresas enquanto exportadoras. Para que se pudesse chegar a tal resultado seria necessário realizar um verdadeiro balanço de pagamentos para as três empresas, incluindo os resultados de suas balanças de serviços, transferências unilaterais e movimentos de capital. Mesmo sem realizar tal exercício, acreditamos que os resultados desses balanços seriam diferentes para as três empresas. A observação dos Anexos III, IV e V permite algumas considerações sobre o assunto. Das três produtoras de armas, a ENGESA é a que apresenta a melhor taxa média de cobertura das importações pelas exportações (4,6 - média dos resultados da linha E/I) e o maior saldo comercial acumulado para o

período 1983-87 (US\$ 450.009.000,00). Trocando em miúdos isto significa que, para exportar seus produtos, a empresa não precisa recorrer maciçamente à importação de insumos. Face às características de sua linha de produtos (veículos blindados) o grau de integração industrial de empresas locais (patamar tecnológico da indústria automobilística) é relativamente amplo. O quadro só mudará à medida que a ENGESA sofistiquem seus produtos com a incorporação de sistemas de guerra eletrônica avançados que ainda não são disponíveis no país. Isto exigirá não só maiores importações de insumos como também de tecnologia, o que, a termo, acarretará alterações na estrutura das relações da empresa com o exterior.

Com base nos dados atuais e em função de estudos anteriores, acreditamos ser a ENGESA a empresa que mais contribuiu nos últimos anos para a geração líquida de divisas via exportação e a que apresenta o menor endividamento externo entre os 3 maiores exportadores brasileiros de armas. Em 1988, as dívidas da ENGESA em moeda estrangeira de curto prazo atingiam US\$ 4.726.644,00 e as de longo prazo, US\$ 726.998,00, a serem pagas até novembro de 1991, com encargos anuais de LIBOR + 2,125% (11,745% ao ano em dezembro de 1988, já que a taxa LIBOR, na ocasião, era de 9,62% a.a.). Isto não quer dizer que o desempenho da empresa como um todo seja uma maravilha ou benéfico para o país. Ao contrário. Enquanto em dezembro de 1987 o endividamento da ENGESA era de 115,1%, em dezembro de 1988 já havia atingido o índice de 138,1%. O grau de endividamento revela qual a porcentagem de capital de terceiros tomada pela empresa (passivo circulante mais exigível a longo prazo como porcentagem total do ativo). Em dezembro de 1988, a ENGESA devia em cruzados (dívida de curto e longo prazo) o equivalente a US\$ 149.381.970,00. Devia em função de empréstimos

obtidos principalmente junto a agentes estatais (Banco do Brasil, Finep, Finame, BNDES, etc.).

Face à queda de suas exportações em 1988 e na primeira metade de 1989 (fim da guerra Irã-Iraque), a empresa apresentava um quadro pré-falimentar. Mais uma vez, entretanto, o Estado foi chamado a intervir para salvá-la (criação de um Fundo especial, envolvendo o Ministério do Exército, o BNDES e o Banco do Brasil, entre outros agentes). Assim, não sabemos até que ponto as "divisas" geradas pela ENGESA com suas exportações de armas vêm efetivamente beneficiando o país, face ao custo social que representam. Se para a ENGESA foi possível fornecer maiores detalhes sobre seu endividamento, o mesmo não ocorrerá para a AVIBRAS. Mesmo assim, falemos um pouco a respeito de seu significado no processo de geração de divisas para o país ¹².

Comparando os dados dos Anexos III, IV e V, veremos que a AVIBRAS é a empresa que apresenta a 2a. taxa média de cobertura das importações pelas exportações (3,49) e o 2o. maior saldo comercial acumulado no período 1983-87 (US\$ 438.072.784,00). Com base no mesmo tipo de raciocínio utilizado quando da análise do caso ENGESA, acreditamos que a AVIBRAS tenha sido a 2a. empresa que mais contribuiu nos últimos anos para a geração líquida de divisas via exportações de armas. Entretanto, a AVIBRAS, face às características de sua linha de produtos (bombas, foguetes e eletrônica militar) já é obrigada a

12. A AVIBRAS não é, ao contrário da ENGESA e EMBRAER, uma companhia aberta (ações negociáveis em Bolsa). Dados sobre companhias abertas são facilmente obtidos junto à CVM - Comissão de Valores Mobiliários. Os números apresentados para o caso da ENGESA foram extraídos de documentos apresentados oficialmente pela empresa à CVM. O mesmo ocorrerá quando da análise do caso da EMBRAER ao longo deste trabalho.

recorrer a importações mais significativas de insumos e também a maiores importações de tecnologia, degradando o seu balanço de serviços (seu principal parceiro externo no fornecimento de tecnologia industrial é a CONTRAVES A.G. Suíça). Assim, mesmo não possuindo maiores detalhes sobre a constituição de seu elevado grau de endividamento, acreditamos que suas divisas em moeda estrangeira sejam maiores do que as da ENGESA. com isto queremos dizer que a contribuição líquida da empresa para a geração de divisas deverá ter sido bastante inferior ao seu saldo comercial acumulado no período 1983-87. O caso mais grave entretanto é o da EMBRAER e dele é que tiraremos as maiores lições quanto a outros tipos de "ligações perigosas" entre produção de armas e dívida externa.

5.2. DESNACIONALIZAÇÃO DAS ARMAS. O CASO EMBRAER

Entre os três maiores exportadores brasileiros de armamentos, a EMBRAER é o que apresenta o menor saldo comercial acumulado e a menor taxa de cobertura das importações pelas exportações para o período 1983-87 (Anexo III). Não poderíamos esperar um resultado diferente. Das três empresas, a EMBRAER é a que produz equipamentos de maior sofisticação, situando-se num patamar tecnológico superior aos da ENGESA e da AVIBRAS. Produzir aviões e conseguir exportá-los não é tarefa fácil e, em função das próprias exigências internacionais - homologação de produtos aeronáuticos - a recorrência maciça à importação de insumos é quase que obrigatória (hélices, turbinas, motores, aviônicos, etc.) já que a capacidade da indústria nacional em fabricá-los, quando existente, é apenas incipiente. Assim, obrigatoriamente,

a EMBRAER é uma empresa mais aberta ao exterior, abertura que se agrava quando da fabricação de aviões militares que incorporam equipamentos eletrônicos de alta sofisticação tecnológica, extremamente caros (radares de busca, sistemas de navegação inercial, diversos tipos de contramedidas eletrônicas, etc.). Esta maior abertura ao exterior tem seus custos, o que pode ser observado pela estrutura do endividamento da empresa no final de 1988. Segundo dados da própria EMBRAER, entre financiamentos de curto e longo prazo, a empresa devia cerca de US\$ 307.245.565,00 em dezembro de 1988, a maior parte dessa dívida correspondendo a obrigações em moeda estrangeira (84,2%) conforme mostrado abaixo:

Financiamentos para Capital de Giro

. Em moeda nacional - Resolução 950 - cerca de US\$:48.533.974,00
 . Em moeda estrangeira - Adiantamentos de Contratos de Câmbio - US\$:54.516.591,00

Financiamentos para Aquisição de Materiais

. Em moeda estrangeira - US\$:181.973.000,00

Financiamentos para Desenvolvimento de Projetos

. Em moeda estrangeira - US\$:22.222.000,00

Os financiamentos para aquisição de materiais e desenvolvimento de projetos correspondem a cerca de 66,4% dos financiamentos totais, devendo ser pagos com encargos anuais de "LIBOR + 2% + VARIAÇÃO CAMBIAL (VC)" (cerca de 11,62% + VC a.a., em dezembro de 1988). Visando fazer face aos financiamentos atuais que pesam sobre a dívida da empresa, uma série de medidas vêm sendo tomadas. Três, entretanto, merecem destaque. A primeira é a captação de cerca de 150 milhões de dólares junto ao BNDES, praticamente já conseguida. A segunda é o lançamento

imediatamente de debêntures conversíveis, em prazos que desconhecemos, em ações da companhia. Com este mecanismo a EMBRAER espera captar cerca de US\$ 85 milhões no prazo de apenas dois anos. A terceira - e aí sim chamamos a atenção do leitor - é a realização de operações de conversão de dívidas externas vincendas em capital de risco. "A empresa já está captando US\$ 56 milhões pelo mecanismo de conversão de estatais brasileiras junto a bancos suíços, franceses e norte-americanos, que integram um pool liderado pelo First Boston Bank e vai pagar a esses credores com ações da companhia cotadas pelo seu valor patrimonial, que é de US\$ 1,28, reservando 27,5 centavos de dólar por ação ao banco coordenador como comissão de operação" (Relatório Reservado 1172, 17 a 23 de julho de 1989).

A adoção da medida, se efetivamente concretizada, significará a abertura parcial da EMBRAER à participação do capital estrangeiro em sua composição acionária. Essa participação poderá aumentar ainda mais caso outras operações de conversão sejam realizadas. Espaço para isto existe, pois somente para seus fornecedores externos a empresa já deve mais de 180 milhões de dólares. Mais ainda: o lançamento em massa de debêntures conversíveis em ações pode vir a significar um importante passo em direção a um processo de privatização da EMBRAER, hoje uma estatal considerada internacionalmente como rentável e eficiente, apesar de endividada. Por outro lado, as próprias operações de conversão da dívida externa são consideradas, no âmbito do Programa Federal de Desestatização, como importantes instrumentos de privatizações desejadas. Sem querer profetizar o apocalipse, podemos estar assistindo, no caso da EMBRAER, ao início de um processo de privatização com participação

integrada do capital estrangeiro, via operações de conversão da dívida externa em capital de risco ¹³.

O caso da EMBRAER, uma das três maiores empresas brasileiras exportadoras de armamentos, se não permite uma associação imediata entre dívida externa e corrida às armas, deixa às claras mais um elemento da face perversa da dívida: a utilização do mecanismo das conversões da dívida externa em capital de risco, que vem sendo amplamente utilizado nos países do Terceiro Mundo, agravando ainda mais os processos de desnacionalização econômica e política neles já tão acentuados. Mais ainda: evidencia que nem mesmo as empresas nacionais de armamentos dos chamados "Novos Países Produtores e Exportadores" estão imunes à transnacionalização.

CONCLUSÕES

O aumento das despesas militares mundiais, a produção acelerada de armamentos e sua comercialização e o endividamento crescente dos países pobres são elementos indissociáveis. Os efeitos diretos da corrida

13. Sobre o processo de privatização em curso no país e as operações de conversão da dívida externa enquanto instrumento de privatização, ver SARAIVA, José Drumond e ARRUDA, Marcos. Estado, Privatizações e Conversão da Dívida Externa no Brasil, monografia, PACS, Rio de Janeiro, 1989.

armamentista sobre a dívida externa dos países do Terceiro Mundo são de fácil identificação quando se compara o incremento da dívida pública desses países com o montante de importações de armas realizadas em períodos determinados. Os efeitos indiretos podem ser colocados em evidência pela análise das consequências da gestão macroeconômica dos países centrais, notadamente dos EUA, sobre as taxas de juros internacionais que, a cada dia, sobrecarregam a já impagável: dívida externa dos países pobres.

O texto apresentado é, antes de tudo, um convite à reflexões, não só sobre as ligações existentes entre corrida armamentista e dívida externa, mas sobretudo sobre as nefastas consequências econômicas, políticas e sociais das despesas militares mundiais.

É imperativo, portanto, denunciar os efeitos negativos da corrida às armas e lutar pela redução imediata das despesas militares mundiais. Para tanto, trabalhos específicos que coloquem em evidência os efeitos nefastos do militarismo são fundamentais. Lamentavelmente, os estudos sobre as relações existentes entre as despesas militares, a produção de armamentos e a dívida externa dos países do Terceiro Mundo são raros. Uma das principais dificuldades existentes, que desestimulam a realização de pesquisas sobre o assunto, é a que diz respeito à questão da pouca disponibilidade de informações sobre a extensão do setor militar, sobre os gastos militares, enfim, sobre tudo que diz respeito a um poder cada vez mais presente a nível mundial, o poder militar.

Com este trabalho, esperamos ter contribuído para maiores reflexões que nos ajudem a caminhar na direção de um mundo mais igualitário, mais fraterno, um mundo, enfim, em que o homem não seja apenas um simples animal que, segundo Garaudy, crie utensílios e túmulos.

ANEXO I

Os 20 MAIS ENDIVIDADOS E SUAS IMPORTAÇÕES DE ARMAMENTOS (US\$ MILHÕES)

REGIÕES E PAÍSES	DÍVIDA EXTERNA TOTAL DET		(1) VARIAÇÃO DET	IMPORTAÇÕES DE ARMAS					(2) IA TOTAL	RELAÇÃO (2)/(1)
	1980	1985	80-85	81	82	83	84	85	1981-85	%
AMÉRICA LATINA										
BRASIL	70.300	106.731	36.431	60	30	40	150	50	330	0,9
MÉXICO	57.450	97.135	39.685	50	200	40	20	30	340	0,9
ARGENTINA	27.157	48.469	21.312	500	290	975	450	180	2.395	11,2
VENEZUELA	29.410	34.710	5.300	290	250	90	370	490	1.490	28,1
CHILE	12.116	20.421	8.305	310	280	90	160	20	860	10,4
COLÔMBIA	6.936	14.031	7.095	40	130	20	700	10	900	12,7
PERÚ	9.987	13.627	3.640	300	310	230	130	70	1.040	28,6
EQUADOR	5.997	8.507	2.510	100	280	180	140	20	720	28,7
SUBTOTAL A	219.353	343.631	124.278	1.650	1.770	1.665	2.120	870	8.075	6,5
ÁFRICA										
EGITO	17.972	27.065	9.093	575	2.100	1.800	1.600	1.400	7.475	82,2
NIGÉRIA	8.888	19.376	10.488	420	230	330	525	320	1.825	17,4
ARGÉLIA	18.685	15.550	-3.135	1.200	1.200	675	775	460	4.310	-137,5
SUDÃO	4.670	7.918	3.248	170	180	90	110	40	590	18,2
SUBTOTAL B	50.215	69.909	19.694	2.365	3.710	2.895	3.010	2.220	14.200	72,1
ÁSIA										
CORÉIA DO SUL	29.750	47.581	17.831	390	360	390	430	430	2.000	11,2
ÍNDIA	19.334	36.677	17.343	1.100	1.800	1.200	1.100	2.300	7.500	43,2
INDONÉZIA	20.888	35.791	14.903	450	230	150	100	80	1.010	6,8
FILIPINAS	17.387	26.207	8.820	60	60	30	40	30	220	2,5
TURQUIA	19.012	25.828	6.816	310	450	500	490	420	2.170	31,8
TAILÂNDIA	8.258	17.427	9.169	330	180	330	240	160	1.240	13,5
PAQUISTÃO	9.923	12.749	2.826	300	480	370	575	480	2.205	78,0
BANGALADESH	4.030	6.556	2.526	50	40	60	10	50	210	8,3
SUBTOTAL C	128.582	208.816	80.234	2.990	3.600	3.030	2.985	3.950	16.555	20,6
TOTAL GERAL (A+B+C)	398.150	622.356	224.206	7.005	9.080	7.590	8.115	7.040	38.830	17,3

Fontes: BANCO MUNDIAL e USACDA

ANEXO II

BRASIL - INDICADORES MILITARES - VALORES EM US\$ MILHÕES CORRENTES

ANOS	INDICADORES DESPESAS MILITARES IM	PRODUTO NACIONAL BRUTO PNB	IM/PNB %	IM/GASTOS DO GOVERNO %	IMPORTAÇÕES DE ARMAS IA	EXPORTAÇÕES DE ARMAS EA	IMPORTAÇÕES TOTAIS IT	EXPORTAÇÕES TOTAIS ET	IA/IT %	EA/ET %
1977	1017	106400	1,0	4,0	90	80	13260	12120	0,7	0,7
1978	1004	119800	0,8	3,5	200	100	15050	12660	1,3	0,8
1979	996	138300	0,7	3,2	248	110	19800	15240	1,2	0,7
1980	1104	160900	0,7	2,8	130	140	24960	20130	0,5	0,7
1981	1196	172000	0,7	2,6	60	170	24080	23290	0,2	0,7
1982	1713	182800	0,9	3,2	30	675	21070	20170	0,1	3,3
1983	1602	182400	0,9	2,8	40	130	16800	21900	0,2	0,6
1984	1655	197500	0,8	2,8	150	625	15210	27000	1,0	2,3
1985	2307 *	220600	1,0	3,6	50	330	14530	25640	0,3	1,3

* ESTIMATIVA

Fonte: USACDA 1987

ANEXO III

EMBRAER - COMÉRCIO EXTERIOR - EMPREGO - ENDIVIDAMENTO (VALORES EM US\$ CORRENTES)

INDICADORES \ ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
EXPORTAÇÕES (E)	80.883.000	113.911.000	123.262.000	97.432.000	86.942.000	149.504.000	249.631.525	347.389.779	322.000.000
IMPORTAÇÕES (I)	152.093.000	76.119.000	64.116.000	69.600.000	107.063.000	116.175.000	163.727.396	183.228.957	234.000.000
(E) - (I)	-71.210.000	37.792.000	59.146.000	27.832.000	-20.121.000	33.329.000	85.904.129	164.160.822	88.000.000
(E) - (I) ACUMULADO NO PERÍODO	-71.210.000	-33.418.000	25.728.000	53.560.000	33.439.000	66.768.000	152.672.129	316.832.951	404.832.951
E/I	0,53	1,50	1,92	1,40	0,81	1,29	1,52	1,90	1,38
ENDIVIDAMENTO (%)	59	65,7	66,6	67,5	71,2	76,2	67,5	77,0	76,0
Nº DE EMPREGADOS	5957	5414	6732	6877	7645	7701	8592	10157	12069

Fontes:

EMBRAER

CACEX/DEPEC

VISÃO. - Quem é Quem na Economia BrasileiraGAZETA MERCANTIL. Balanco Anual

ANEXO IV

ENGESA - COMÉRCIO EXTERIOR - EMPREGO - ENDIVIDAMENTO

(VALORES EM US\$ CORRENTES)

INDICADORES \ ANOS	1983	1984	1985	1986	1987
EXPORTAÇÕES (E) (*)	157.230.000	169.591.000	138.592.000	47.951.000	78.764.000
IMPORTAÇÕES (I)	48.946.000	43.353.000	26.674.000	9.918.000	13.228.000
(E) - (I)	108.284.000	126.238.000	111.918.000	38.033.000	65.536.000
(E) - (I) ACUMULADO NO PERÍODO	108.284.000	234.522.000	346.440.000	384.473.000	450.009.000
E/I	3,2	3,9	5,2	4,8	5,9
ENDIVIDAMENTO (%)	80	75,3	94,5	94,3	115,1
Nº DE EMPREGADOS	3047	3303	3296	3536	3748

Fontes: CACEX/DEPEC

VISÃO. Quem é Quem na Economia BrasileiraGAZETA MERCANTIL. Balanço Anual

(*) Valores estimados pelo autor (cerca de 90% das exportações da ENGEXCO). A ENGEXCO é a "trading company" responsável pelas exportações das empresas do GRUPO ENGESA. Os dados do quadro são relativos apenas à empresa ENGESA - ENGENHEIROS ESPECIALIZADOS S.A., líder do grupo.

ANEXO V

AVIBRÁS - COMÉRCIO EXTERIOR - EMPREGO - ENDIVIDAMENTO
(VALORES EM US\$ CORRENTES)

INDICADORES \ ANOS	1983	1984	1985	1986	1987
EXPORTAÇÕES (E)	6.526.700	23.136.444	170.932.854	80.510.483	322.066.277
IMPORTAÇÕES (I)	25.948.513	8.536.273	27.585.247	55.989.620	47.040.321
(E) - (I)	-19.421.813	14.600.171	143.347.607	24.520.863	275.025.956
(E) - (I) ACUMULADO NO PERÍODO	-19.421.813	-4.821.642	138.525.965	163.046.828	438.072.784
E/I	0,25	2,71	6,20	1,44	6,85
ENDIVIDAMENTO (%)	121,3	81,3	80,6	86,1	80,3
Nº DE EMPREGADOS	2138	3222	4704	5465	4422

Fontes:

CACEX/DEPEC

VISAÇÃO. Quem é Quem na Economia BrasileiraGAZETA MERCANTIL. Balanço Anual